

SUMÁRIO



SME Maracanaú - CE

Professor da Educação Básica – Fundamental – 3º ao 5º Ano

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto. Situação comunicativa. Pressuposto e subtexto. Inferência. Ambiguidade. Polissemia. Intertextualidade. Tipos de linguagem.....	1
Tipos e gêneros textuais	15
Estrutura textual. Progressão temática. Paragrafação. Enunciado. Coesão. Coerência	24
Variações linguísticas. Formalidade e informalidade. Propriedade lexical. Adequação da linguagem	33
Fonética e fonologia. Encontros consonantais, encontros vocálicos, dígrafos	37
Acentuação gráfica.....	40
Pontuação	42
Ortografia.....	47
Morfologia: classes de palavras	51
Processo de formação das palavras	63
Funções da linguagem	71
Análise sintática dos períodos simples e composto	73
Concordância verbal e nominal	81
Regência verbal e nominal.....	84
Sintaxe de colocação	87
Produção textual.....	90
Questões	96
Gabarito.....	104

MATEMÁTICA

Conjuntos Numéricos: Números Naturais e Inteiros, Números Racionais e Irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal), Números Reais (relação de ordem e intervalos), Operações. Números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). frações ordinárias e decimais. Números decimais: propriedades e operações	1
---	---

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Múltiplos e divisores, divisibilidade, números primos, fatoração	20
Máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum	24
Expressões numéricas	27
Equações do 1º e 2º graus. Problemas	29
Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal	35
Sistema monetário brasileiro	40
Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções. Divisão em partes proporcionais	42
Regra de três simples e composta	47
Porcentagem	49
Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes	52
Fundamentos da Teoria dos Conjuntos	53
Questões	59
Gabarito	66

ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA

A Crise dos Poderes e a Defesa da Democracia: O impacto dos movimentos de 8 de janeiro e o papel das instituições	1
Mudanças Climáticas e a “Nova Normalidade”	2
Eventos extremos no Brasil (das secas no Nordeste às enchentes no Sul)	4
Economia do Cuidado: O reconhecimento do trabalho não remunerado das mulheres na sociedade brasileira	6
A Saúde Mental Pós-Pandemia: O aumento de transtornos de ansiedade e depressão na comunidade escolar	8
Combate ao Racismo Estrutural: A lei que equipara injúria racial ao crime de racismo	10
Violência nas Escolas: O debate nacional sobre protocolos de segurança e a cultura de paz	11
Direitos LGBTQIA+: Avanços jurídicos e a persistência da violência no Brasil (o país que mais mata essa população)	13
Crise Migratória e Refugiados: O acolhimento de venezuelanos e o papel do Brasil no cenário internacional	15
Inteligência Artificial na Educação: Ética, desafios e possibilidades do ChatGPT e outras ferramentas em sala de aula	17
Letramento Digital e Fake News: O combate à desinformação como competência transversal no ensino	19

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Desigualdades sociais e regionais no Brasil: Diferenças históricas entre regiões, com destaque para os indicadores sociais do Nordeste e os desafios de superação da pobreza.....	21
Inclusão educacional e direitos das pessoas com deficiência: Avanços e desafios da educação inclusiva, políticas públicas e o papel da escola na garantia de direitos	23
Primeira infância como prioridade de políticas públicas: Importância da educação infantil, creches, pré-escola, desenvolvimento integral e investimentos estratégicos ...	26
Violência, segurança pública e juventude: Debates nacionais e regionais sobre criminalidade, políticas de prevenção e proteção social, com foco no Nordeste	31
Uso responsável das tecnologias digitais na educação: Desafios do uso de telas, ensino híbrido, educação midiática e pensamento crítico.....	35
Infância, adolescência e proteção social: ECA, políticas de proteção integral e o papel da escola como espaço de cuidado e prevenção	39
Políticas públicas para mulheres: Combate à violência de gênero, equidade, participação política e econômica	43
O papel do professor na formação cidadã: Educação como instrumento de transformação social, ética, democracia e desenvolvimento humano	46
Segurança Pública e Facções no Ceará: O desafio da segurança no estado e o impacto na rotina escolar	48
Ceará como polo de educação pública de referência: Resultados educacionais, políticas de alfabetização, regime de colaboração entre estado e municípios	51
Educação em Tempo Integral: A expansão da rede de escolas em tempo integral no Ceará, os desafios e os benefícios dessa modalidade de ensino para a formação integral dos estudantes	53
Questões	56
Gabarito.....	60

CONHECIMENTOS EDUCACIONAIS

O atual sistema educacional brasileiro.....	1
A escola pública como instrumento de inclusão social.....	3
A legislação educacional brasileira: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96.....	9
Plano Nacional de Educação	41
Organização do ensino na escola	62
A Gestão democrática	63
Instâncias colegiadas de gestão na escola pública de ensino	73
Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental.....	74
Natureza do trabalho pedagógico: fundamentação filosófica, política e educacional....	90
O papel do educador no ingresso, permanência e sucesso do aluno na escola	92

SUMÁRIO

SUMÁRIO



As contribuições científico tecnológicas para o conhecimento do processo de aprendizagem na infância, na adolescência, na juventude e no adulto	94
A influência de Paulo Freire na Educação e no mundo	96
Questões	99
Gabarito	108

DIDÁTICA

Concepções de sociedade, homem e educação	1
A função social da escola pública	2
A história da organização da educação brasileira	4
A educação como ato político, a pedagogia como ciência da educação e a didática como teoria e prática do ensino	7
Os pressupostos teóricos e metodológicos da ação docente	9
Planejamento educacional: tipos, concepções, processos de elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico e do planejamento da ação docente	10
Elementos do plano de ensino e sua relação com a prática da sala de aula e o contexto social do educando	12
A gestão da sala de aula e sua relação com os paradigmas educacionais presentes na prática educativa	14
As novas tecnologias e suas aplicações na construção do conhecimento	16
A avaliação da aprendizagem: concepções, princípios, procedimentos e instrumentos	22
Registros e trocas de experiências do/no cotidiano da sala de aula	24
Relação professor X aluno, pais e comunidade	26
Organização do ensino-aprendizagem e articulação com a diversidade	28
Contextualização e interdisciplinaridade na construção do conhecimento	30
A educação de jovens e adultos: pressupostos teóricos e metodológicos na EJA	32
Educação indígenas: noções básicas	35
Educação inclusiva: noções básicas	37
Questões	45
Gabarito	54

SUMÁRIO

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais e habilidades específicas de Língua Portuguesa e Matemática para o 3º, 4º e 5º ano	1
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no contexto escolar	45
O papel do professor na ampliação das práticas sociais de leitura e escrita e a inserção das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).....	144
Estudo das fases de desenvolvimento cognitivo (Piaget) e da Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky) aplicadas à criança de 8 a 10 anos	147
Compreensão dos indicadores e resultados de avaliações como SAEB/Prova Brasil e sua utilização para o planejamento pedagógico e a correção de fluxo.....	151
A articulação entre os componentes curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia) e a abordagem de temas contemporâneos.....	156
Estratégias de diferenciação curricular e adaptações pedagógicas para garantir a aprendizagem de todos os estudantes.....	159
O erro como fonte de informação para o professor e a elaboração de estratégias de recuperação e aprofundamento da aprendizagem	163
O foco no estudante e a garantia dos direitos previstos na BNCC (conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se).....	166
A relação entre o currículo oficial, o PPP da escola e a prática docente na sala de aula.....	169
Consolidação das regras ortográficas, acentuação, pontuação complexa e introdução às classes de palavras (substantivo, adjetivo, verbo)	172
Estudo da concordância nominal e verbal básica, regência, e o uso de recursos expressivos (sinônimos, antônimos, polissemia)	173
Leitura, análise e produção de textos mais complexos e longos (notícias, reportagens, textos de opinião, textos instrucionais, narrativas de aventura)	173
Desenvolvimento de habilidades de inferência, localização de informações explícitas e implícitas, e identificação do tema central e das ideias secundárias	173
Planejamento, textualização, revisão e edição de textos, considerando o leitor, o propósito e o gênero textual	173
Leitura, escrita e composição/decomposição de números naturais (até a ordem das dezenas de milhar ou milhões) e introdução aos números racionais (frações e decimais); Domínio da multiplicação e divisão (com um e dois algarismos no divisor), e o uso de diferentes estratégias de cálculo mental e escrito.....	178
Resolução de problemas que envolvam mais de uma operação e a interpretação de dados apresentados em diferentes formatos (tabelas, gráficos); Leitura e interpretação de gráficos de barras, colunas e setores, e a introdução ao conceito de chance e probabilidade	204

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Conversão de unidades de medida (tempo, comprimento, massa, capacidade) e cálculo de perímetro e área de figuras planas simples; Classificação de figuras planas e espaciais, e o uso de coordenadas cartesianas para localização e movimentação no plano	213
Estratégias para promover a autonomia e a responsabilidade dos alunos, o trabalho em grupo e a construção de um ambiente de aprendizagem colaborativo.....	241
Sala de aula invertida (flipped classroom), aprendizagem baseada em projetos e gamificação para o engajamento dos estudantes do 3º ao 5º ano	244
Identificação de estudantes com dificuldades específicas e a implementação de planos de intervenção e reforço pedagógico	248
Integração de softwares educativos, plataformas de aprendizagem e recursos multimídia para enriquecer as aulas de Língua Portuguesa e Matemática	251
Estímulo à criatividade e ao raciocínio lógico por meio de atividades práticas, construção de protótipos e desafios de engenharia.....	254
Desenvolvimento da inteligência emocional, mediação de conflitos e promoção da cultura de paz e do bullying zero.....	258
A importância do trabalho em equipe com outros professores e coordenadores pedagógicos para o alinhamento curricular e a troca de experiências	261
Utilização de diferentes instrumentos avaliativos (observação, autoavaliação, portfólios) para acompanhar o percurso de aprendizagem do aluno.....	264
Questões	267
Gabarito.....	277

SUMÁRIO



SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

- **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.
- **Exemplo:** Um professor explicando um conceito para seus alunos.
- **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.
- **Exemplo:** Os alunos que escutam a explicação do professor.
- **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.
- **Exemplo:** As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.
- **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.
- **Exemplo:** A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).
- **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.
- **Exemplo:** O idioma português usado na explicação.
- **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.
- **Exemplo:** A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:

“Proibido estacionar das 8h às 18h.”

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

Exemplos de Situações Comunicativas

- **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.
- **Mensagem:** “Vamos ao cinema hoje?”
- **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.



O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

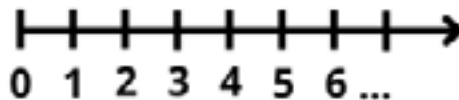
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.



A DEMOCRACIA SOB ATAQUE

Nos últimos anos, o Brasil tem atravessado um período de forte polarização política e tensão institucional. Esse cenário, alimentado por discursos extremistas, disputas entre os Poderes e a disseminação de desinformação, criou um ambiente propício para o questionamento das bases democráticas do país.

Dentro desse contexto, o dia 8 de janeiro de 2023 se tornou um marco simbólico e concreto de um ataque direto à democracia brasileira. Naquele dia, manifestantes radicalizados invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes da República, em Brasília, numa tentativa de subverter a ordem institucional e questionar o resultado legítimo das eleições.

O DIA 8 DE JANEIRO DE 2023: FATOS, CAUSAS E MOTIVAÇÕES

No dia 8 de janeiro de 2023, milhares de manifestantes invadiram os prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo. A ação foi marcada por vandalismo, destruição de patrimônio público e símbolos nacionais, além de ameaças explícitas à ordem constitucional.

Esses atos não surgiram de forma espontânea. Eles foram precedidos por semanas de articulação em redes sociais e aplicativos de mensagens, nos quais se propagavam teorias conspiratórias sobre fraude eleitoral e incitação à intervenção militar. A insatisfação com o resultado das eleições de 2022, que elegeram Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência, foi canalizada por grupos extremistas que rejeitavam o funcionamento regular das instituições democráticas.

A motivação dos envolvidos se ancorava em uma visão distorcida da democracia, na qual apenas os seus candidatos legítimos poderiam vencer. Tal visão nega o princípio básico do jogo democrático: a alternância de poder por meio do voto popular. Além disso, houve questionamentos importantes sobre a atuação (ou omissão) das forças de segurança, principalmente do Distrito Federal, diante da clara possibilidade de ataques, levantando suspeitas de conivência e negligência.

Do ponto de vista jurídico, os atos do 8 de janeiro foram classificados como crimes contra o Estado Democrático de Direito, com enquadramentos que vão de associação criminosa até tentativa de golpe de Estado. As investigações conduzidas revelaram o financiamento e a organização por trás dos ataques, com envolvimento de empresários, influenciadores e agentes públicos.

AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E A RESPOSTA À CRISE

Diante da gravidade dos fatos, a resposta das instituições foi rápida e firme. O Supremo Tribunal Federal, por meio do ministro Alexandre de Moraes, determinou a prisão de dezenas de envolvidos, o bloqueio de bens de financiadores e o afastamento de autoridades acusadas de omissão. O Congresso Nacional se posicionou em defesa da democracia e da ordem institucional. O Executivo, por sua vez, convocou reunião com os governadores para garantir a coesão federativa.

Esse movimento institucional conjunto demonstrou a importância do sistema de freios e contrapesos. Quando um dos Poderes é atacado, os outros se articulam para preservar a ordem constitucional. Esse é um dos pilares do modelo republicano de governo e mostra que a democracia brasileira, embora atacada, possui mecanismos internos de defesa.

Além das ações imediatas, foram tomadas medidas legislativas e administrativas para evitar a repetição de eventos semelhantes. Debates sobre a regulação das redes sociais e sobre a responsabilização de plataformas digitais que propagam desinformação ganharam força. O fortalecimento das instituições passa também pelo aprimoramento das leis que regem a convivência democrática.



O sistema educacional brasileiro passou por diversas transformações ao longo das décadas, refletindo em mudanças sociais, econômicas e políticas. Atualmente, o sistema educacional do Brasil é estruturado em diferentes níveis, desde a educação básica até o ensino superior, cada um com seus desafios e características distintas.

A educação básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Infantil é voltada para crianças de 0 a 5 anos e é considerada a primeira etapa da educação básica. O Ensino Fundamental abrange do 1º ao 9º ano, enquanto o Ensino Médio compreende os últimos três anos da educação básica. Essa fase tem sido objeto de discussões e reformas nos últimos anos, com iniciativas para melhorar a qualidade do ensino, atualizar currículos e promover uma educação mais alinhada com as demandas contemporâneas.

A Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), traz trechos que regulamentam o sistema educacional brasileiro:

[...]

1º Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

¹ <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm> Acesso em novembro de 2023.



As concepções de sociedade, de ser humano e de educação formam a base filosófica e política de toda prática pedagógica. Essas concepções orientam o que se ensina, como se ensina, para quem e com qual finalidade. Toda proposta curricular, todo plano de aula, todo modelo de avaliação é uma expressão, direta ou indireta, de uma visão de mundo.

Na prática educacional, é comum que essas concepções estejam implícitas, ou seja, não sejam claramente discutidas ou refletidas. No entanto, elas operam silenciosamente nas escolhas pedagógicas. Por isso, o educador que deseja atuar de forma crítica e consciente precisa conhecer e analisar as diferentes correntes de pensamento que sustentam essas visões.

A análise das concepções de sociedade, de homem e de educação não é apenas um exercício teórico. Ela tem implicações concretas na organização do trabalho pedagógico, na gestão escolar, nas políticas públicas de educação e na formação da cidadania. Saber identificar essas concepções é também uma habilidade cada vez mais exigida em concursos públicos e avaliações na área educacional.

CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE: CONSERVADORA, LIBERAL E CRÍTICA

A concepção de sociedade refere-se à forma como se entende a organização social, as relações entre os indivíduos, os papéis das instituições e os mecanismos de mudança social. Na pedagogia, essa concepção influencia diretamente o sentido atribuído à educação.

Sociedade conservadora: Nesta visão, a sociedade é um corpo orgânico, harmônico, onde cada indivíduo deve ocupar seu lugar natural. A educação tem como função conservar a ordem, transmitir valores morais e garantir a obediência às normas. O conhecimento é visto como absoluto e imutável. Essa concepção sustenta práticas pedagógicas autoritárias, baseadas na memorização e na disciplina rígida.

Sociedade liberal: A sociedade é entendida como um conjunto de indivíduos livres e racionais que interagem em busca de seus interesses. Valoriza-se a meritocracia, a neutralidade da escola e a liberdade individual. A educação é vista como meio de ascensão social e como espaço neutro, onde todos têm as mesmas oportunidades. No entanto, ignora-se muitas vezes as desigualdades sociais estruturais que afetam o acesso e o sucesso escolar.

Sociedade crítica: Nessa concepção, a sociedade é entendida como um espaço de contradições, conflitos e lutas por poder. Reconhece-se que as desigualdades sociais são construídas historicamente e que a escola pode tanto reproduzi-las quanto contribuir para sua superação. A educação é vista como prática política e instrumento de transformação social. Essa concepção está presente em autores como Karl Marx, Antonio Gramsci e Paulo Freire.

CONCEPÇÕES DE HOMEM: NATURALISTA, INDIVIDUALISTA E HISTÓRICO-SOCIAL

A concepção de homem (ou ser humano) está diretamente ligada à forma como se entende o desenvolvimento humano, a aprendizagem e o papel da educação. Essa visão orienta as expectativas em relação ao aluno e o tipo de relação pedagógica que se estabelece.

Concepção naturalista: O ser humano é visto como determinado pela biologia, instintos ou herança genética. Essa visão, influenciada por correntes positivistas, tende a justificar o fracasso escolar como resultado de limitações individuais. Na prática pedagógica, pode levar à exclusão de alunos com dificuldades ou à naturalização das desigualdades.

Concepção individualista: O ser humano é considerado um ser autônomo, racional e responsável por suas escolhas. Essa visão, associada ao liberalismo, valoriza o mérito individual e a competição. A escola, nesse caso, funciona como espaço de seleção, onde os “melhores” avançam. É uma concepção frequentemente usada para legitimar a desigualdade sob o argumento do esforço pessoal.



Conhecimentos Específicos

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

► Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017:

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

¹ Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br